
INSTITUTO DA DEFESA NACIONAL
SEMINÁRIO
A INDÚSTRIA NACIONAL E A DEFESA NACIONAL
RELATÓRIO

1. INTRODUÇÃO

- a. O presente relatório pretende constituir uma síntese das comunicações realizadas e das conclusões obtidas durante o seminário em epígrafe.
- b. O seminário em apreço decorreu no IDN de 16 a 19 de Novembro de 1981 com o programa constante do Anexo A. Com os intervenientes — cuja relação consta do Anexo B — organizaram-se três Grupos de Trabalho (GT) para discussão do problema e apresentação de conclusões.

2. COMUNICAÇÕES APRESENTADAS

As oito comunicações apresentadas durante o seminário tiveram os seguintes temas:

- 1.ª A importância da base industrial para uma política de Defesa Nacional;
- 2.ª O problema da transferência de tecnologia;
- 3.ª A indústria militar portuguesa: Componente do Exército;
- 4.ª A indústria militar portuguesa: Componente da Marinha;
- 5.ª A indústria militar portuguesa: Componente da Força Aérea;
- 6.ª As potencialidades da indústria nacional perante a Defesa Nacional;
- 7.ª Perspectivas para a indústria nacional resultante das necessidades de defesa e da NATO;
- 8.ª As possibilidades das indústrias dos pequenos países perante os mercados externos.

3. ASPECTOS MAIS SIGNIFICATIVOS DAS COMUNICAÇÕES

a. *A importância da base industrial para uma política de Defesa Nacional*

A primeira conferência analisou a indústria portuguesa segundo os critérios da diversificação, do domínio integral da tecnologia e da existência de tensões sociais, tendo concluído que apresenta grandes vulnerabilidades apesar de contribuir com 34 % para o PNB, de empregar cerca de 27 % da população activa e de ser responsável por cerca de 85 % das exportações e por cerca de 60 % das importações.

As principais vulnerabilidades são devidas ao facto de a rede industrial nacional ser formada por milhares de pequeníssimas empresas sem dimensão, que funcionam em péssimas condições tecnológicas e de gestão e que apenas poderão sobreviver graças ao baixo custo da mão-de-obra, à existência de um mercado nacional ainda com muito reduzida concorrência estrangeira e, ainda, à rusticidade geral do ambiente em que se inserem.

A falta de dimensão de grande maioria das empresas nacionais há que acrescentar a inadequação generalizada da base societária por não existirem entre nós as autênticas sociedades anónimas, com o capital verdadeiramente pulverizado, o que constitui a solução teórica do capitalismo para o conflito de interesses entre patrões e trabalhadores, por ambos poderem ter o mesmo estatuto.

Por outro lado, e de uma forma geral, a grande maioria das nossas empresas não dispõe de tecnologia apropriada e não possui capacidade, a nível empresarial, para absorver a tecnologia disponível no exterior, sendo, a maior parte das vezes, a importação de tecnologia apenas mera autorização para produzir segundo concepção alheia. A maneira que parece ser mais eficaz para lutar contra uma estrutura industrial acéfala e telecomandada do exterior será o apoio do Estado às poucas empresas existentes que procuram criar estruturas tecnológicas próprias, capacidade de investigação, de projecto e de desenvolvimento.

A falta de diversificação da indústria nacional é outra das suas grandes vulnerabilidades, porque há falhas graves que ocasionam que, por vezes, seja difícil encontrar produtos industriais resultantes de transformações inteiramente nacionais de matérias-primas.

Só por intermédio do investimento maciço em equipamentos é que se conseguirá aumentar a produtividade, reduzindo os custos e aumentando a competitividade. Acontece, porém, que o País não produz a grande maioria dos equipamentos e, em consequência, a sua forçada importação rompe o ciclo produtivo nacional e aumenta a dependência do estrangeiro. Isto é, a produtividade e a competitividade apenas se podem aumentar pela cedência de postos de trabalho ao estrangeiro, ou seja, pela desindustrialização.

b. *O problema da transferência de tecnologia*

No âmbito do problema de transferência de tecnologia considerou-se que esta tem uma dimensão empresarial e uma dimensão nacional, sendo a última de natureza essencialmente estratégica, relacionada com a salvaguarda da independência nacional e com a consecução dos objectivos políticos de desenvolvimento a médio e a longo prazo. A tecnologia é constituída por duas espécies de conhecimentos:

- Os primeiros, específicos, ligados à produção de bens materiais (incorporados em máquinas, desenhos, fórmulas e outros resultados de investigação);
- Os segundos estão associados aos mecanismos de apoio e de coordenação do processo produtivo e do sistema de defesa (relativos à organização, gestão, força de trabalho, etc.).

Na prática, as transferências de tecnologia processam-se através de três canais principais:

- Importação de máquinas e de equipamento;
- Investimento estrangeiro;
- Contratos de licenciamento respeitantes a processos de produção, patentes, modelos e desenhos, assistência técnica, etc.

A permissão de investimentos estrangeiros tem tido muitas vezes por consequência a transferência para o exterior de centros de decisão económica o que, ao fim e ao cabo, significa redução de independência política e, também, que a riqueza criada no País é parcialmente aplicada em proveito de economias estrangeiras.

A forma como tem sido adquirida a tecnologia não tem permitido a constituição de núcleos geradores de desenvolvimento, não facultando o acesso do País aos processos mais próprios para a autonomização do aparelho produtivo nacional, porque ainda não foi tida em devida conta a necessidade nacional de desenvolvimento global. Acresce a circunstância de nenhum país poder produzir a tecnologia indispensável para o seu desenvolvimento sem possuir a sua própria investigação científica, dado que, nas sociedades modernas, a ciência constitui a fonte primária da geração de valores, de uso e de troca, e é reconhecida como factor de expansão tão importante como o capital e o trabalho.

c. *A indústria militar*

A indústria militar, nas suas três componentes, abrange a produção e a manutenção, não só de materiais e equipamentos especificamente militares — armamento, viaturas, aeronaves, navios, munições — que se revestem de primordial interesse militar, mas também de artigos para a satisfação das necessidades de vida das tropas — alimentação, artigos de intendência, fardamento, medicamentos, etc. Enfim, uma quase inesgotável gama de materiais, equipamentos e artigos de toda a ordem.

Por este motivo os estabelecimentos fabris militares são muito diferentes entre si, muito mais mesmo do que vulgarmente se pensa, mas podendo ser agrupados em quatro grupos, tomando por base as respectivas actividades principais. Assim:

- 1.º grupo — Produção e comercialização de artigos de fardamento e equipamento, géneros alimentícios, medicamentos e produtos afins;
- 2.º grupo — Função típica de arsenal militar, isto é, órgãos de apoio logístico do respectivo Ramo, fundamentalmente para a manutenção de navios, aviões e viaturas automóveis;
- 3.º grupo — Fábricas produtoras de armamento e munições;
- 4.º grupo — Unidades industriais ligadas ao sector químico (explosivos, carregamento de granadas, pólvora negra, etc.).

A indústria militar, isto é, aquela que produz e mantém principalmente os materiais especificamente militares, compreende estabele-

cimentos estatais e privados e assume importância considerável a nível nacional mercê dos efectivos empregados, do valor da produção industrial e da respectiva facturação, embora, devido às reduzidas dimensões do mercado interno, esteja amplamente dependente das exportações que será necessário fomentar com dinamismo e agressividade.

Por outro lado, a indústria militar, principalmente as Oficinas Gerais de Material Aeronáutico, tem contribuído de forma considerável para a obtenção de tecnologia.

A capacidade excedentária dos estaleiros de construção e reparação naval, aliada ao facto de as nossas frotas mercantes e de pesca necessitarem de aumento e de modernização, parece apontar para o lançamento de um plano de construção naval a longo prazo, o qual permitirá a especialização dos estaleiros, o lançamento de indústrias subsidiárias e a satisfação das necessidades das várias Marinhas.

d. *As potencialidades da indústria nacional perante a Defesa Nacional*

As potencialidades da indústria nacional encontram-se afectadas pelo que se poderá denominar ciclo de declínio da nossa economia. Dado que se trata de um ciclo auto-sustentado poder-se-á iniciar a sua análise por qualquer ponto a fim de atingir as principais conclusões:

- A baixa produtividade não permite obter nova riqueza para o País e atingir níveis de vida mais elevados porque Portugal não pode competir nos mercados internacionais de modo a que se consiga travar a progressiva erosão da nossa balança de pagamentos por intermédio dum aumento mais rápido das exportações;
- Aumentos salariais que ultrapassam largamente o crescimento da produtividade, o que conduz ao declínio da rentabilidade do sector industrial;
- Os lucros, principal origem de fundos para o financiamento das empresas, e o investimento de particulares na indústria foram reduzidos em consequência do aumento de salários, levando as empresas a aumentar o seu endividamento;
- Os postos de trabalho extintos na indústria para aumentar a sua produtividade são absorvidos pelo sector público ou pelo desem-

- prego e fazem aumentar as despesas públicas, cuja taxa de crescimento ultrapassou a taxa de crescimento da economia;
- Os governos competem com as empresas por fundos que poderiam ser canalizados para a indústria e encaminham-nos para o consumo. Esta luta levou à subida das taxas de juro que actualmente são em Portugal mais altas que no estrangeiro;
 - A indústria portuguesa está amplamente dependente de capitais alheios. Lucros decrescentes e custos financeiros crescentes tornam difícil cobrir os juros anuais e impedem o investimento adicional;
 - A necessidade de aumentar a produtividade das empresas implica uma diminuição de oportunidade de emprego e contribui para a deterioração das relações laborais;
 - A relação entre os salários e a produtividade é o factor crítico que influencia a longo prazo a rendibilidade subjacente ao investimento.

A única forma de escapar ao ciclo de declínio é aumentar sensivelmente o ritmo do crescimento económico por intermédio de uma produtividade global mais elevada, maior produção, mais emprego, salários mais elevados e melhores níveis de vida.

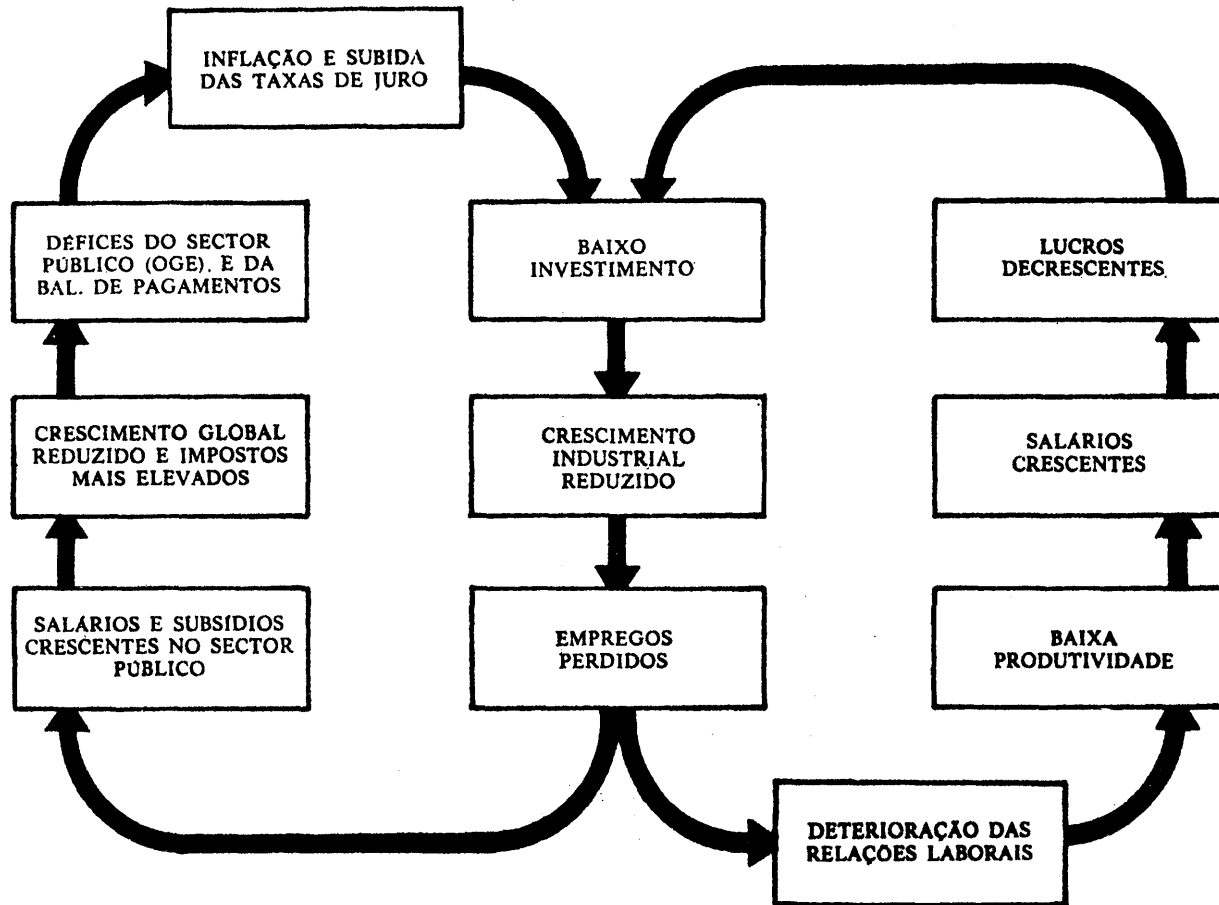
A prioridade das prioridades deverá ser a fixação de uma taxa de investimento mais rápida no sector industrial, para o que será preciso uma multiplicidade de acções a tomar por todos os interessados — accionistas, empresários, gestores, líderes sindicais, trabalhadores e responsáveis da administração pública.

No essencial é necessário poupar mais, tanto ao nível das empresas como ao nível dos particulares, ou canalizar em maior proporção as nossas poupanças para o investimento industrial, ou ambas as coisas.

O crescimento do investimento — urgente e inadiável — pressupõe alterações de fundo no quadro institucional regulador da actividade económica e exige o estabelecimento dos seguintes princípios basilares de referência:

- Aceitação por todos os agentes económicos e pelas forças democráticas de que o funcionamento da nossa economia deve ser pautado pelas leis do mercado concorrencial;

O CICLO DE DECLÍNIO



- Recolocação da função das empresas na perspectiva de uma economia em crescimento, aberta ao exterior, e potenciação da sua capacidade de actualizar o progresso técnico e de criar riqueza a partir dos recursos internos disponíveis;
- Funcionamento correcto do mercado garantido pelo Governo, assegurando uma igualdade de oportunidades para todos os empresários;
- Prossecução do ideal da verdade dos preços e dos custos que não deve ser escamoteado ou destruído pela intervenção do Estado;
- Melhoria da gestão e reorientação da estratégia empresarial;
- Apreciação da eficácia produtiva em termos reais, isto é, em quantidades físicas e não em valores;
- Criação, por parte das empresas, em especial das maiores, de novos postos de trabalho realmente produtivos para libertar trabalhadores do subemprego por acréscimo de produtividade;
- Aproveitamento máximo dos incentivos do investimento;
- Cuidado em não sobrevalorizar a inflação;
- Melhoria do planeamento dos investimentos;
- Necessidade imperiosa de assegurar na indústria uma taxa de crescimento mais elevada.

Em conclusão, o conferencista foi de parecer que:

- Não há uma chave única para aumentar o investimento no sector privado da indústria. É fútil atacar os elementos do problema separadamente; é necessário um programa global e coerente;
 - A dimensão do problema é tal que pouco se obterá por ajustamentos marginais;
 - A escala de tempo da tarefa é muito maior do que os políticos se atrevem a sugerir porque a tendência de anos não pode ser invertida num ano ou dois.
- Acções precipitadas poderão comprometer todo o programa de recuperação;
- Após a ultrapassagem das dificuldades actuais jamais se poderá regressar ao clima de irresponsabilidade anterior.

No que concerne às relações entre as F. A. e a indústria é indispensável a colaboração mútua porque a estratégia de Defesa Nacional

definida para um país e os consequentes projectos industriais associados concorrem, de um modo importante, para o progresso económico e científico desse país.

Por enquanto, em Portugal, o contributo da indústria nacional para satisfação das necessidades das F. A. é surpreendentemente escasso, nomeadamente no que respeita às indústrias de vestuário, calçado e alimentares, sectores onde as F. A. desenvolveram as suas capacidades próprias.

Torna-se indispensável um esforço orientado para uma melhor programação das encomendas que permita às empresas prepararem-se, quer planeando a sua preparação, quer agrupando-se entre elas para satisfação dos volumes encomendados.

Para se atingir este desiderato parece recomendável que, antes de serem abertos os concursos, as F. A. contactem com as associações sectoriais representativas das indústrias fabricantes, no sentido de os termos do concurso serem estabelecidos de modo a permitir uma efectiva participação das empresas (em especial de Pequena e Média Empresa).

Também podem ser estabelecidos contratos-programas ou contratos de desenvolvimento que, a prazo, propiciem uma efectiva cooperação entre as F. A. e a indústria com resultados positivos, em especial naqueles sectores onde existe uma tendência perniciosa para a importação.

e. *Perspectivas para a indústria nacional resultantes das necessidades de defesa e da OTAN*

A Aliança Atlântica constitui um bom mercado potencial para a indústria nacional se pudermos — e soubermos — aproveitar as possibilidades que são oferecidas ao nosso país.

Os principais «clientes» possíveis são as forças militares estacionadas fora do território nacional mas em território aliado (caso, por exemplo, das forças dos EUA com base na República Federal da Alemanha) e as Forças Armadas dos países aliados.

No entanto, a falta de standardização do material e equipamento entre as F. A. dos países membros constitui uma das mais importantes fraquezas da Aliança, quer do ponto de vista operacional,

afectando a interoperacionalidade e fazendo aumentar a razão custo/eficácia, quer do ponto de vista logístico, em que é ainda mais necessária a normalização, tendo em vista a intermutabilidade de peças e de sobressalentes e os custos de manutenção.

As áreas em que a OTAN poderá constituir mercado potencial abrangem quase todos os sectores da actividade industrial: armas, munições e outro material necessário para a conduta das operações, combustíveis, artigos indispensáveis à vida das tropas, artigos de cantina, acessórios, etc.

Em algumas destas áreas a indústria portuguesa tem poucas hipóteses concorrenciais, enquanto outras se apresentam, desde já, com bastantes possibilidades.

Assim, parece não haver grandes possibilidades de explorar o campo da investigação, devido ao marcado atraso científico e tecnológico do nosso país.

Já o capítulo do desenvolvimento é passível de exploração malgrado algumas carências e dificuldades.

No âmbito da produção, a cooperação só será possível como segundos contratantes salvo nos seguintes casos:

- Fornecimentos de armamento e equipamento cujo fabrico seja dominado pela nossa tecnologia, estabelecidos por contratos governo a governo mediante decisão política de apoio à economia nacional;
- Subcontratos com contratantes principais com possível inovação tecnológica desde que o País seja comprador de sistemas de armas produzidos;
- Subcontratos (eventualmente contratos) de equipamentos diversos, não necessariamente material de guerra, ao abrigo do «Memorandum of understanding» entre Portugal e os EUA;
- Contratos ou subcontratos para os programas de infra-estruturas da Aliança.

O aproveitamento prático da OTAN como mercado para a indústria nacional só será possível se se definir uma política adequada, com o correspondente apoio governamental, e uma conveniente resposta da indústria, que tem de se interessar por este campo de actividade,

ter dinamismo e agressividade, e participar empenhadamente nas iniciativas da Administração.

As vias a seguir passam pela criação da estrutura própria ao nível MDN e pela consecução de «joint-ventures» ou pela subcontratação, com o apoio da Administração por intermédio de organismos apropriados, já existentes ou a criar.

f. As possibilidades das indústrias dos pequenos países perante os mercados externos

Para que os pequenos países possam decidir sobre uma indústria de defesa convenientemente dimensionada há, em primeiro lugar, que definir os objectivos das F. A. dentro de um conceito realista que entre em linha de conta com a capacidade financeira do país, com as suas alianças, com o emprego prioritário da indústria existente ou a criar e com o subsequente apoio logístico de conservação e manutenção.

No conceito de indústria de defesa poder-se-ão considerar dois aspectos distintos:

- Indústrias predominantemente militares (produção de armamento, de munições, de mísseis, de pólvoras e combustíveis sólidos);
- Indústrias de vocação militar e civil (construção naval, de viaturas militares, aeroespacial e de electrónica).

No primeiro caso — indústrias predominantemente militares — o dimensionamento das unidades para serem viáveis requer um grande esforço de investigação nacional ou negociações para a aquisição no estrangeiro do indispensável «know-how» ou, ainda, a formação de «joint-ventures» para a exploração dos mercados interno e externo. No segundo caso — indústrias de vocação militar e civil — as prioridades de escolha das novas indústrias ou da melhoria das existentes têm que partir duma análise global dos mercados externos e internos.

Como se depreende, a indústria de defesa terá por objectivo principal a contribuição para a defesa do País. A exportação é um objectivo secundário, embora indispensável para se conseguir viabilizar as empresas que não possam viver exclusivamente do mercado interno.

No caso português o desenvolvimento das indústrias de defesa de modo a satisfazerem as necessidades nacionais e a contribuírem para a obtenção de tecnologia e de divisas está dependente, sobretudo, das seguintes condições:

- Reestruturação do sector com vista à satisfação das necessidades nacionais;
- Apoio estatal à reestruturação aprovada;
- Adopção de operações de penetração nos mercados estrangeiros, coordenada pelo Governo e com a participação dos departamentos estatais, associações industriais e comerciais e empresas;
- Medidas necessárias para adaptar a organização administrativa à prática dessas operações globais;
- Necessidade de continuar a desenvolver iniciativas sectoriais em países específicos onde a experiência tal aconselhe.

A conquista dos mercados externos — nomeadamente os do Terceiro Mundo — impõe uma estratégia global, empreendida pelo Governo, envolvendo um conjunto de acções coordenadas e desenvolvidas pelas empresas de todas as actividades industriais com capacidade, estrutura e vocação para se imporem mediante uma metodologia correcta e realista. Os mercados externos onde a acção global se afigura prioritária, são:

- Os países árabes produtores de petróleo;
- Os países africanos de expressão portuguesa;
- Os países africanos produtores de petróleo;
- Os países da América do Sul e Central produtores de petróleo;
- O Brasil.

4. SÍNTESE DOS RELATÓRIOS DOS GRUPOS DE TRABALHO (GT)

a. 1.º GT

(1) Como sectores industriais fundamentais com interesse para a Defesa Nacional são considerados os seguintes:

- Energia;
- Indústria de frio;

- Pescas;
- Reparação, manutenção e construção de navios;
- Construção e reparação no âmbito dos transportes terrestres;
- Reparação e manutenção de aeronaves;
- Indústrias que permitem o emprego de matérias-primas nacionais, designadamente os minérios estratégicos: ferro, urânio, cobre, volfrâmio, etc.;
- Indústria agroalimentar;
- Telecomunicações e electrónica;
- Electromecânica pesada;
- Indústria de armamento.

(2) As perspectivas para a indústria nacional com interesse para a D. N. nos campos interno e externo dependem das seguintes medidas:

- Necessidade do estabelecimento e conhecimento dos planos de desenvolvimento (necessidades) no sector da D. N. a médio prazo, com especial incidência nas F. A.;
- Identificação e coordenação dos programas de investigação e desenvolvimento (ID), com relevância e interesse para as F. A.;
- Pré-qualificação de empresas capazes e interessadas em colaborar na concretização dos programas anteriormente mencionados, com vista a ajudar essas empresas a responder com eficácia às solicitações;
- Dimensionamento adequado dos concursos por forma a interessar o empenhamento, designadamente das PME, e a implementar mecanismos que permitam desenvolver a subcontratação;
- Aproveitamento das potencialidades de negociação nas compras ao estrangeiro, procurando contrapartidas para as quais é indispensável uma eficaz coordenação a nível central;
- O mais amplo aproveitamento das infra-estruturas das F. A. em apoio às PME, nos aspectos de controle de qualidade, formação, laboratórios, oficinas, etc.;
- Normalização/racionalização dos equipamentos militares para possibilitar um maior recurso à produção nacional e uma

gestão económica dos «stocks», sem prejuízo da segurança de abastecimento.

- (3) No que toca a estruturas a criar, desenvolver ou melhorar, para potenciar o que há de positivo e minimizar vulnerabilidades, constata-se que as estruturas existentes estão adormecidas e, assim, sugere-se que no âmbito do M. D. N. seja implementado o Grupo de Trabalho para o fomento da indústria de defesa, integrando desde já um núcleo de funcionamento permanente.
- Também se considera necessário e urgente que o M. D. N. adquira uma estrutura orgânica completa e adequada e que se proceda à sensibilização das missões diplomáticas portuguesas para os assuntos de natureza económica.

b. 2.º *GT*

(1) Considerações prévias

- Considerar como tendo interesse prioritário, de um ponto de vista da Defesa Nacional, as actividades industriais que:
 - Contribuam para o abastecimento do País, diminuindo a sua dependência externa;
 - Mantenham e criem novos postos de trabalho;
 - Sirvam de pólo de desenvolvimento, e propiciem o lançamento de indústrias subsidiárias;
 - Reforcem a nossa independência nacional, a nossa influência internacional, nomeadamente nos países que adoptaram o Português como língua oficial;
- Dar especial importância ao problema do planeamento a médio e a longo prazo;
- Aumentar e apoiar o espaço de investimento em ID, bem como definir uma política nas relações com as empresas multinacionais instaladas em Portugal que assegure a aquisição de novas tecnologias;
- Fazer um levantamento dos recursos nacionais (naturais, humanos, industriais, tecnológicos e científicos) que sirva de base ao seu aproveitamento optimizado;

— Aproveitar os recursos das Forças Armadas (financeiros, humanos e infra-estruturais) numa colaboração estreita com a indústria em programas de desenvolvimento bem definidos.

(2) Sugestões quanto a acções concretas:

- Na necessária reorganização do M. D. N. deve ser prevista uma estrutura destinada à coordenação, orientação e planeamento das acções relacionadas com a indústria e com a ID;
- Adopção por parte dos departamentos das F. A. da figura dos orçamentos — programas em relação a todas as suas aquisições, logísticas e de material de guerra, por forma a colocar a concurso público tais fornecimentos plurianuais;
- Extensão da prática dos orçamentos-programas a outras áreas da administração pública, tendo em vista o fortalecimento da indústria nacional, o que se torna fundamental em termos de D. N. no seu conceito alargado;
- O conceito de orçamento-programa deve ser prioritariamente aplicado nas áreas da construção naval e das telecomunicações.

3.º GT

(1) Foram considerados os três grandes blocos da indústria no seu relacionamento com a Defesa Nacional:

- 1.º Indústrias determinadas por critérios prioritários de defesa — Indústrias Militares «stricto sensu»;
- 2.º Indústrias de vocação e interacção significativa com necessidades directas de defesa;
- 3.º Outras indústrias transformadoras.

(2) No que se refere ao 1.º bloco, nenhuma actividade de produção deverá, no actual contexto português, ser decidida por razões exclusivamente militares, devendo todas elas ter, em simultâneo, justificação económica.

Mas existem actividades de conservação e manutenção imprescindíveis e que apenas são determinadas por razões exclusivamente militares.

As unidades industriais de conservação e manutenção exclusivamente militares possuem meios e capacidade tecnológica importante e avançada que deve ser potenciada por uma conveniente articulação com o «Sistema Nacional de Desenvolvimento Tecnológico», porque algumas das unidades podem constituir focos de nucleação e de irradiação de tecnologias de ponta.

- (3) No que respeita às indústrias de vocação e interacção significativa com necessidades directas de defesa torna-se necessária a definição de um programa de compras afeiçoado por considerações de desenvolvimento industrial por forma a criar a base industrial de apoio à D. N.

A satisfação desse objectivo implica:

- Definição da necessidade e bens de Defesa num horizonte de médio prazo;
- Definição e investigação das capacidades industriais incluídas neste bloco;
- Definição das actividades industriais com interesse tecnológico e viabilidade económica.

Para tornar possível a satisfação do objectivo indicado será imperioso institucionalizar um diálogo permanente entre as F. A. e as organizações industriais para equacionamento e ajustamento das capacidades industriais às necessidades programadas e, simultaneamente, assegurar o apoio dos instrumentos e desenvolvimento tecnológico. Como muitos dos equipamentos e material necessários para as F. A. não poderão ser produzidos no País, deve ser maximizada a possibilidade de execução de compensações na esfera militar. Para tanto, a definição dos fluxos informativos, mecanismos e instrumentos de coordenação, apoiados nas estruturas existentes da Administração, assumem, neste contexto, prioridade máxima.

- (4) Porque a existência de uma base industrial autónoma e diversificada, nos limites do possível, nos três aspectos:

- matérias-primas
- equipamento
- tecnologia

constitui objectivo desejável, devem ser consistentes com a D. N. as orientações básicas de política industrial que visa dar resposta aos três aspectos destacados.

(5) Existe a necessidade de um refinamento na utilização dos meios, definição de prioridades e aproveitamento das oportunidades, para se minimizarem as vulnerabilidades no dispositivo produtivo português, existente num contexto de recursos reconhecidamente limitados e com uma envolvente económica externa excessiva. Só por uma resposta institucional atempada, ajustada e previsível para coordenação da multiplicidade de domínios e tarefas se poderão minimizar aquelas vulnerabilidades.

(6) Numa política industrial correcta devem privilegiar-se as indústrias que, pela sua componente horizontal marcada, possam mais facilmente encontrar nos limites do espaço económico português a base de sustentação que as torne menos vulneráveis a vicissitudes externas.

A verticalização deverá, entretanto, ser preferentemente encarada nos sectores em que existam manifestas vantagens de matérias-primas ou em que o fecho da cadeia vertical esteja mais próximo de ser atingido.

(7) Sendo impossível de atingir a independência absoluta, a liberdade de acção nacional no âmbito industrial será conseguida pela diversificação e gestão das interdependências.

5. CONCLUSÕES PRINCIPAIS DO SEMINÁRIO

a. *Relacionamento das F. A. com a Indústria*

(1) Para que haja uma Defesa Nacional eficiente é necessário proceder-se ao desenvolvimento da necessária base industrial porque, deste modo, tornar-se-á o País menos dependente do estrangeiro. Daqui resulta, também, a necessidade de a nossa indústria ser mais empreendedora e agressiva na conquista de mercados estrangeiros. As vendas ao estrangeiro, não só serão uma fonte de divisas, contribuindo para o equilíbrio da balança comercial, como, tam-

bém, por um sistema de contrapartidas poderão participar na obtenção de tecnologia. Considera-se conveniente que o sistema de contrapartidas seja estabelecido logo nos concursos e contratos iniciais, devendo as F. A. pronunciar-se sobre as matérias com maior interesse para a D. N.

- (2) Na definição de um conceito estratégico de defesa militar é preciso ter em conta o factor industrial, atendendo aos seus condicionamentos e possibilidades de desenvolvimento sob o critério da viabilidade económica. É, pois, necessário reforçar as relações de entendimento entre as F. A. e a indústria de modo a terminar com a separação existente.
- (3) No capítulo da formação profissional, nomeadamente ao nível do operário, tem-se retrogradado, sobretudo por falta de escolas secundárias que ministrem um ensino profissionalizante. Em consequência, as unidades produtivas têm sentido dificuldades no capítulo de mão-de-obra para o seu desenvolvimento.

As Forças Armadas e, de uma forma especial, os estabelecimentos fabris militares, têm desenvolvido uma importante acção de formação profissional em indivíduos que, ou continuam nas próprias F. A. de uma forma definitiva ou transitória, ou são lançados nos mercados nacionais de emprego, onde são fortemente disputados.

Também a Armada pode participar de modo relevante na preparação do pessoal técnico do sector das pescas, onde a sua falta é notória. Existe um projecto para a criação de escolas de tecnologia de pescas, em colaboração com a Marinha.

- (4) A indústria de reparação e construção naval tem o maior interesse para a D. N., mas é preciso que seja inovada e dinamizada porque, actualmente, alguns aspectos meramente burocráticos obstam ao seu conveniente apetrechamento e desenvolvimento por forma a possibilitar a resolução do problema das frotas de pesca e mercante, cuja situação de crise é quase trágica, e que se torna imperioso modernizar e desenvolver para se evitar, principalmente no capítulo dos transportes marítimos, a actual grande dependência do estrangeiro.

Para se alcançar este desiderato é preciso que haja uma vontade firme de vencer os obstáculos e a rotina, o que pode ser feito

por meio de contratos-programas a estabelecer com a indústria naval.

Deverá realizar-se um planeamento a médio e longo prazo (10 anos) para renovação da marinha de pesca e mercante que propicie a participação de largos sectores industriais, podendo, assim, funcionar como um motor para o desenvolvimento do País.

Parece importante que se proceda com urgência à nomeação de uma comissão (em que participem elementos das F. A.) para o equacionamento deste problema e para apresentação de um plano de revitalização e desenvolvimento.

- (5) Potencialmente a Aliança Atlântica constitui um mercado externo para a nossa indústria, especialmente para a de defesa. Mas o facto é que até agora Portugal pouco tem aproveitado dessa potencialidade por causas diversas, entre as quais parece poder citar-se a falta de dinamismo dos nossos empresários para penetrarem num mercado novo e a ausência de um «lobby» que favoreça aquela penetração.

Considera-se que na conquista, não só do mercado OTAN, como de outros mercados internacionais, a diplomacia portuguesa tem um papel importante a desempenhar.

b. *Desenvolvimento*

- (1) A estratégia do desenvolvimento industrial é inseparável do desenvolvimento global do País, em especial no que diz respeito aos sectores produtivos (agricultura, pescas, indústrias extractivas, etc.). Por outro lado, terá que existir uma complementaridade de esforços entre os sectores público, privado e cooperativo, abandonando certos preconceitos de ordem ideológica e psicológica que muitas vezes têm dificultado grandemente o desenvolvimento.
- (2) As excessivas concentração e centralização estão na base do fraco desenvolvimento das forças produtivas, que só poderá ser aumentado pelo reforço rápido da malha industrial, colocando as novas unidades industriais nos locais adequados do ponto de vista económico e social e, na medida do possível, reestruturando as antigas de acordo com o critério da viabilidade económica.

- (3) Uma das formas de acelerar o desenvolvimento económico do País é o estabelecimento de contratos-programas e de contratos de desenvolvimento que, por seu turno, proporcionarão o aumento da malha industrial, a modernização e a preparação da indústria nacional para a provável adesão à CEE. O concurso público para a concessão de qualquer trabalho é um método muito pouco eficaz porque limita a capacidade do desenvolvimento industrial. É actualmente utilizado apenas nos países do Terceiro Mundo.
- (4) Um dos processos para tentar a solução dos problemas da balança comercial é o uso de contrapartidas ou de compensações para a obtenção de tecnologia. Todavia, este processo deverá ser utilizado com precaução porque, em termos de defesa nacional, adquirir no estrangeiro os equipamentos e materiais não é a mesma coisa que fomentar e desenvolver tecnologia própria. A obtenção de tecnologia pela compra de equipamentos e material deve, portanto, ser usada com discrição porque, caso seja praticada sistematicamente, poderá contribuir para manter e alargar o fosso entre a capacidade tecnológica do País e a do estrangeiro. É muito mais aconselhável procurar produzir tecnologia própria, muito embora seja necessário alterar profundamente o sistema de investigação agora existente.
- (5) Para o desenvolvimento económico é necessário ter uma definição exacta dos objectivos e manter os sistemas eficazes de controle e de fiscalização, de modo a corrigir atempadamente os desvios dos itinerários e, também, para a verificação das sucessivas etapas.
- (6) Para o desenvolvimento industrial é necessário aumentar o investimento mas ainda não foram obtidas as condições, especialmente psicológicas, que atraiam os capitais nacionais e estrangeiros.

c. Adesão à Europa

- (1) Para que a integração na CEE se processe nas melhores condições para o País é, sem dúvida, necessário inovar a indústria nacional e proceder às reformas legais necessárias, sem esquecer que a própria integração acarreta riscos consideráveis para a economia nacional. Em primeiro lugar, é preciso solucionar o problema do actual protecçãoismo da indústria, que pode difi-

cultar, ou mesmo impedir, a concorrência de uma grande parte dos produtos nacionais com os dos restantes países da Comunidade depois de liberalizadas as fronteiras.

- (2) A entrada da Espanha (simultânea ou não com Portugal) pode prejudicar a economia nacional, pelo que se torna indispensável equacionar o problema, atentos todos os seus dados, inclusive o político.
- (3) Entre os três sectores de actividade (primário, secundário e terciário) a indústria é o melhor preparado para a integração, isto é, é o sector mais europeu. Mas, mesmo assim, é preciso pôr em funcionamento os sistemas já existentes nos outros países europeus, sobretudo no que diz respeito à comercialização internacional dos produtos porque a adopção da pauta aduaneira comum pode trazer problemas, dado que a adoptada na CEE é cerca de um terço da portuguesa e, em consequência, irá pôr a indústria nacional em condições difíceis de concorrência, nomeadamente com a indústria de países menos desenvolvidos.
- (4) A integração de Portugal na CEE, além de poder ser inicialmente considerada um problema de decisão política, é, também e principalmente, um problema interno, isto é, de preparação do País, nomeadamente a nível industrial, devendo ser tida em consideração a situação real da economia portuguesa.
Por outro lado, considera-se que a integração constituirá a força externa capaz de fazer arrancar definitivamente o desenvolvimento do País.

d. *Energia*

Portugal tem uma dependência quase total do estrangeiro do ponto de vista energético, o que torna a economia nacional — e nomeadamente a indústria — particularmente vulnerável do ponto de vista de Defesa Nacional.

e. *Diversos*

- (1) Foi salientada a importância da indústria alimentar e da indústria do frio para o abastecimento nacional e para a limitação das

importações, e foi chamada a atenção para o problema das pescas que pode ser considerado um escândalo nacional.

- (2) Todos os participantes manifestaram o desejo da realização de outros seminários para se poder continuar a discutir este importante assunto.

ANEXOS:

- A — Programa do Seminário
- B — Relação das Entidades intervenientes

Redacção

ANEXO A

SEMINÁRIO SOBRE «A INDÚSTRIA NACIONAL E A DEFESA NACIONAL»

16 A 19 DE NOVEMBRO DE 1981

— PROGRAMA —

1. Dia 16 de Novembro (2.ª-feira)

09.30/10.00 horas:

- Abertura do Seminário: Director do IDN
- Instruções Administrativas: Subdirector do IDN

10.00/10.30 horas:

- A IMPORTÂNCIA DA BASE INDUSTRIAL PARA UMA POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL

Engenheiro Ferreira do Amaral

10.30/10.50 horas:

- O PROBLEMA DA TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA

Doutor Farinha Martins

10.50/11.20 horas:

- Intervalo

11.20/12.20 horas:

- A INDÚSTRIA MILITAR PORTUGUESA

Brigadeiro Conceição Espadinha
Coronel Themudo Barata
Capitão-de-mar-e-guerra Silva Forte

12.20/13.00 horas:

- Período de esclarecimento

2. Dia 17 de Novembro (3.ª-feira)

09.30/10.20 horas:

- AS POTENCIALIDADES DA INDÚSTRIA NACIONAL PERANTE A DEFESA NACIONAL

Doutor Ferraz da Costa

10.20/11.00 horas:

— Período de esclarecimento

11.00/11.30 horas:

— Intervalo

11.30/12.20 horas:

— PERSPECTIVAS PARA A INDÚSTRIA NACIONAL RESULTANTES DAS
NECESSIDADES DA DEFESA E DA NATO

General Costa Álvares

12.20/13.00 horas:

— Período de esclarecimento

15.00/15.50 horas:

— AS POSSIBILIDADES DAS INDÚSTRIAS DE DEFESA DOS PEQUENOS
PAÍSES PERANTE OS MERCADOS EXTERNOS

Almirante Souto Cruz

15.50/16.30 horas:

— Período de esclarecimento

3. Dia 18 de Novembro (4.ª-feira)

09.30/12.30 — 14.30/16.30 horas:

— ESTRUTURAS A CRIAR, DESENVOLVER OU COORDENAR PARA UM
AUMENTO DAS POSSIBILIDADES DA INDÚSTRIA NACIONAL NO
CAMPO DA DEFESA NACIONAL: Discussões em Grupos de Trabalho

4. Dia 19 de Novembro (5.ª-feira)

09.30/10.45 horas:

Apresentação das conclusões dos Grupos de Trabalho

10.45/11.15 horas:

— Intervalo

11.15/12.30 horas:

Debate geral e encerramento do Seminário

ANEXO B

SEMINÁRIO SOBRE «A INDÚSTRIA NACIONAL E A DEFESA NACIONAL»

16 A 19 DE NOVEMBRO DE 1981

RELAÇÃO DE PARTICIPANTES

- General Costa Alvares
- Engenheiro Ferreira do Amaral
- Coronel Themudo Barata
- Engenheiro Álvaro Barreto
- Engenheiro João Bártolo
- Coronel José Belo
- Coronel Zeia Bermudez
- Deputado Victor Brás
- Engenheiro Xavier Cabrita
- Doutor Lopo de Carvalho
- Doutor Ferraz da Costa
- Engenheiro Nobre da Costa
- Coronel Soares da Costa
- Almirante Souto Cruz
- Brigadeiro Conceição Espadinha
- Brigadeiro Teixeira Ferreira
- Engenheiro Jaime Figo
- Comandante Silva Forte
- Doutor Almeida Freire
- Doutor Afonso Howell
- Doutor Rui Madaleno
- Deputado Sousa Marques
- Doutor Amílcar Martins
- Doutor Farinha Martins
- Comandante Pires de Matos
- Senhor Rocha de Matos
- Engenheiro Carlos Melancia
- Senhor João Montoya
- Deputado Sanches Osório
- General Pereira Pinto
- General Tomé Pinto
- Engenheiro Amadeu Pires
- Engenheiro João Proença
- Engenheiro Vilar Queiroz
- Doutor Alberto Ramalheira
- Engenheiro Martins Reis

- Engenheiro Albertino Santana
- Coronel Cirilo dos Santos
- Deputado Faria dos Santos
- Coronel Loureiro dos Santos
- Engenheiro Pereira dos Santos
- Contra-almirante Rebelo da Silva
- Senhor Pombeiro de Sousa
- General Henrique Troni
- Coronel Ferreira Valença
- Engenheiro Marques Videira
- Coronel Américo Viegas.

ENTIDADES CONVIDADAS A FAZEREM-SE REPRESENTAR
COMO OBSERVADORES

- Presidência da República
- Gabinete CEMGFA
- Gabinete do Vice-Primeiro-Ministro e Ministro da Defesa Nacional
- Gabinete CEMA
- Gabinete CEME
- Gabinete CEMFA
- Gabinete do Ministro da Indústria, Energia e Exportação
- Divisão Planeamento/EMGFA.